



Sindicato dos Oficiais de Justiça

## COMUNICADO

O Sindicato dos Oficiais de Justiça foi recebido em audiência pelo **Grupo Parlamentar do P.C.P.**, no dia 07 de Julho, tendo apresentado algumas das suas preocupações, destacando:

A questão dos **Estagiários (PEPAC)** parece-nos grave se, ao invés de formandos, estivermos perante uma situação encapotada, de trabalhadores em situação precária e, sem os requisitos necessários para o exercício da profissão. Compete ao Governo assegurar a qualidade do serviço público prestado nos tribunais e, seria grave que diminuísse a qualidade em nome de políticas/partidárias.

A questão do **Mapa Judiciário** confirma, com as alterações propostas, a razão e as preocupações do SOJ.

A **falta de quadros** nas secretarias judiciais; a falta de transparência e de respeito pelos direitos dos Oficiais de Justiça, nos movimentos.

A questão da **formação**, nomeadamente, os cursos para promoção.

O **COJ** que deve merecer uma reflexão séria. É importante referir que o processo electivo tem merecido contestação pela falta de verdade democrática. Outra questão que não nos parece aceitável é que o “sistema” possa permitir a instrumentalização do Órgão. Há que robustecer o Órgão, dotando-o de maior autonomia, fiscalização e independência.

\*\*\*\*\*

No dia **09 de Julho** este sindicato, conjuntamente com o Sindicato dos Funcionários, foi convocado e reuniu com o Senhor **Secretário de Estado da Modernização da Justiça**.

Em causa estava a apresentação de um pacote de medidas que visa dar resposta, nesta área, a alguns problemas que são preocupação de todos.

Da reunião saiu também o compromisso, na sequência da nossa reunião ocorrida em Dezembro de 2009, de que será elaborado, em colaboração com os sindicatos, um documento/manual de boas práticas entre os utilizadores dos sistemas informáticos. Visa esta acção sensibilizar os utilizadores para a adopção de procedimentos que evitem a “contaminação” dos sistemas e aumentem a eficácia dos equipamentos.

Há um aspecto no entanto que nos merece um comentário: O trabalho dos Oficiais de Justiça nas equipas de desenvolvimento informático é reconhecido por todos, com toda a justiça, como **Excelente**.

No entanto, têm-se verificado algumas situações de “aparente” protagonismo individual que não colhem nem podem colher, a solidariedade deste Sindicato. É importante reafirmar que o interesse colectivo não se compadece com “feiras de vaidades”, pelo que não as aceitaremos.

\*\*\*\*\*

No dia **12 de Julho** o **Conselho Consultivo da Justiça** reuniu, com a seguinte ordem de trabalhos:

A Acção Executiva e o PEC para a Justiça.

Assistiu-se à apresentação do trabalho da *comissão encarregada de formular propostas de alteração ao Código de Processo Civil*. É importante referir, para não desvirtuar a verdade dos factos, que esta comissão não integrou nenhum Oficial de Justiça. Parece-nos, numa primeira análise, que, as propostas apresentadas são na sua generalidade positivas, mas seria importante que houvesse nessa comissão uma outra sensibilidade, nomeadamente daqueles que estão no terreno. Essa nossa posição *foi expressa no dia 05 de Janeiro*, no espaço próprio, ao Senhor Ministro da Justiça.

É importante salientar que as propostas de alteração legislativa ainda vão ser formalmente apresentadas aos Sindicatos, e vão merecer seguramente contributos para o seu melhoramento.

Em relação ao **PEC para a Justiça** foi o Conselho informado que o Ministério é sensível à **falta de Oficiais de Justiça**, assumindo mesmo um número entre 800 e 1200. Mas, também fomos informados que existe alguma dificuldade em ultrapassar as limitações impostas pelo Ministério das Finanças. Continuaremos empenhados não só em recolocar os quadros mas também em aumentar a qualificação.

Em relação à questão das **Custas judiciais** foi com agrado que fomos informados da posição do Governo de, na sua essência, “regressar ao modelo anterior”. Esta era uma das nossas reivindicações.

Lisboa, 2010-07-13